



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 95/XIII/ 2.ª SL

Aos 12 dias do mês de abril de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1.ª parte

Audição do Conselho de Administração da AMT – Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, para apresentação do plano de atividades e a programação do seu desenvolvimento, nos termos do artigo 49.º da Lei-quadro das entidades reguladoras

2.ª parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 94/XIII/2.ª, relativa à reunião de 5 de abril de 2017

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PSD para audição do Presidente da ERSE, sobre a cobrança, pela EDP Comercial, a Galp, a Gold Energy e a Lisboa Gás, aos clientes de gás natural, da taxa de ocupação de subsolo.

3. Apreciação e votação do relatório final sobre a Petição n.º 199/XIII/2.ª – Solicitam a conclusão das obras no troço da A26-1/Er 261-5, que liga Vila Nova de Santo André a Sines

– Relator: Deputado André Silva (PAN)

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis (reformulação) [COM(2016)767]

– Relator: Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP)

5. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 162/XIII/1.ª (CDS-PP) – Recomenda ao governo que proceda à beneficiação das acessibilidades rodoviárias ao concelho de Barrancos,

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 95/XIII/ 2.ª SL

777/XIII/2.ª (PSD) – Recomenda ao Governo que considere a beneficiação das acessibilidades rodoviárias ao concelho de Barrancos, e 782/XIII/2.ª (PS) – Recomenda ao Governo a recuperação do passivo de manutenção acumulado entre 2011 e 2015, através de uma intervenção nas infraestruturas rodoviárias de acesso ao concelho de Barrancos.

6. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 543/XIII/2.ª (BE) – Suspensão do “Programa Revive” e escrutínio público obrigatório sobre os processos de concessão, e 522/XIII/2.ª (PS) – Recomenda ao Governo a inclusão do Convento de São Francisco, em Portalegre, na lista de imóveis que integram o projeto “Revive”.

7. Nomeação de Deputado autor do parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 495/XIII/2.ª (PSD) – Alteração à Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho, estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção de obra pública ou particular, condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades nas obras particulares de classe 6 ou superior e de direção de fiscalização de obras públicas ou particulares, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 31/2009, de 3 de julho

– Relator cabe ao CDS-PP

8. Outros assuntos

1.ª parte

Audição do Conselho de Administração da AMT – Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, para apresentação do plano de atividades e a programação do seu desenvolvimento, nos termos do artigo 49.º da Lei-quadro das entidades reguladoras



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 95/XIII/ 2.ª SL

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente deu as boas-vindas ao Presidente e ao Vice-Presidente do Conselho de Administração da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes e deu a palavra ao Dr. João Carvalho, para uma intervenção inicial, durante a qual fez uma [apresentação](#) em PowerPoint.

Na primeira ronda de perguntas, usaram da palavra os Senhores Deputados Paulo Neves (PSD), António Eusébio (PS), Heitor de Sousa (BE), Hélder Amaral (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP), tendo o Presidente do Conselho de Administração da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes respondido individualmente aos Senhores Deputados.

Durante a primeira ronda de perguntas assumiu a presidência o Vice-Presidente, Deputado Fernando Virgílio Macedo.

Na segunda ronda de perguntas, solicitaram esclarecimentos adicionais os Senhores Deputados Paulo Rios Oliveira (PSD), Ascenso Simões (PS), Heitor de Sousa (BE), Hélder Amaral (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP), os quais foram prestados pelo Dr. João Carvalho em resposta conjunta.

A audição foi objeto de [gravação](#), que faz parte integrante desta ata e pode ser consultada na página da Comissão na Internet, bem como os documentos a ela associada.

2.ª parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 94/XIII/2.ª, relativa à reunião de 5 de abril de 2017

Submetida a votação a ata n.º 94/XIII/2.ª, relativa à reunião de 5 de abril de 2017, foi a mesma aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do PEV e do PAN.

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PSD para audição do Presidente da ERSE, sobre a cobrança, pela EDP Comercial, a



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 95/XIII/ 2.ª SL

Galp, a Gold Energy e a Lisboa Gás, aos clientes de gás natural, da taxa de ocupação de subsolo.

O Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) apresentou sucintamente o requerimento, remetendo para o debate em plenário havido na semana anterior, no qual o mesmo tinha sido anunciado.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

3. Apreciação e votação do relatório final sobre a Petição n.º 199/XIII/2.ª – Solicitam a conclusão das obras no troço da A26-1/Er 261-5, que liga Vila Nova de Santo André a Sines

– Relator: Deputado André Silva (PAN)

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte.

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis (reformulação) [COM(2016)767]

– Relator: Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP)

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) apresentou o parecer em epígrafe, tendo referido que o que estava na base da reformulação desta iniciativa era o facto de se ter percebido que as metas que se propunham inicialmente não iriam ser alcançadas até 2030. Realçou ainda a importância desta matéria para Portugal e para o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética. Concluiu, defendendo que não havia, no caso desta iniciativa, qualquer violação do princípio da subsidiariedade.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Hugo Costa (PS), para cumprimentar o relator, referir que Portugal está bem à frente no cumprimento das metas propostas e que o PS concordava com o parecer; Bruno Dias (PCP), para afirmar que o parecer era tão rigoroso e bem elaborado que tornava mais claras as razões que levavam ao



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 95/XIII/ 2.ª SL

voto contra do PCP, uma vez que a razão de voto se prendia não com o parecer mas, sim, com a estruturação estratégica e em termos políticos subjacente a estas iniciativas, pois não podia deixar de manifestar discordância e preocupação quanto a matérias tão criticamente essenciais para a soberania do país como a política energética, e concluiu propondo a descodificação das siglas que constam da página 5 do parecer; António Costa Silva (PSD), que felicitou o relator, referiu que esta era uma matéria que o PSD acompanhava integralmente, era um tema central da discussão europeia, em que Portugal estava muito empenhado no cumprimento de objetivos, pois a área das energias renováveis era muito importante para o país; Heitor de Sousa (BE), que cumprimentou o relator, considerou a observação do Deputado Hugo Costa pertinente, pois Portugal cumpre já largamente o objetivo previsto para 2030 pela União Europeia e propôs a introdução dessa observação no parecer, tendo afirmado ainda que, do ponto de vista estratégico, o que era relevante eram as interligações para a criação de uma rede de energia.

A todos respondeu o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP), afirmando que encara esses relatórios numa lógica de “pacote” de diretivas sobre a energia, razão pela qual não referiu a questão das interligações, pois já a tinha referido em pareceres anteriores. Informou que não tinha incluído no parecer a situação de Portugal no cumprimento das metas, porque tenta olhar para estas matérias com uma lógica europeia. Finalmente, aceitou a sugestão de descodificação das siglas.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE, e votos contra do PCP.

5. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 162/XIII/1.ª (CDS-PP) – Recomenda ao governo que proceda à beneficiação das acessibilidades rodoviárias ao concelho de Barrancos, 777/XIII/2.ª (PSD) – Recomenda ao Governo que considere a beneficiação das acessibilidades rodoviárias ao concelho de Barrancos, e 782/XIII/2.ª (PS) – Recomenda ao Governo a recuperação do passivo de manutenção acumulado entre 2011 e 2015, através de uma intervenção nas infraestruturas rodoviárias de acesso ao concelho de Barrancos.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 95/XIII/ 2.ª SL

Nada havendo a alterar na informação distribuída, o Senhor Presidente informou que estava em condições de ser enviada à Mesa da Assembleia da República, para que os projetos de resolução pudessem ser votados em Plenário.

6. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 543/XIII/2.ª (BE) – Suspensão do “Programa Revive” e escrutínio público obrigatório sobre os processos de concessão, e 522/XIII/2.ª (PS) – Recomenda ao Governo a inclusão do Convento de São Francisco, em Portalegre, na lista de imóveis que integram o projeto “Revive”.

Nada havendo a alterar na informação distribuída, o Senhor Presidente informou que estava em condições de ser enviada à Mesa da Assembleia da República, para que os projetos de resolução pudessem ser votados em Plenário.

**7. Nomeação de Deputado autor do parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 495/XIII/2.ª (PSD) – Alteração à Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho, estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção de obra pública ou particular, condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades nas obras particulares de classe 6 ou superior e de direção de fiscalização de obras públicas ou particulares, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 31/2009, de 3 de julho
– Relator cabe ao CDS-PP**

Foi nomeado o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP).

8. Outros assuntos

O Senhor Presidente lembrou que o Grupo de Trabalho sobre Publicidade de Produtos Alimentares, criado em março de 2016, ainda não tinha concluído o trabalho de apreciação na especialidade dos P JL 118/XIII/1.ª (PAN), 120/XIII/1.ª (PS) e 123/XIII/1.ª



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 95/XIII/ 2.ª SL

(PEV) e solicitou ao Coordenador do PSD na Comissão que falasse ao Deputado Carlos Silva, coordenador desse grupo de trabalho, para uma rápida conclusão desses trabalhos. Colocou à consideração dos Deputados o envio para este grupo de trabalho dos P JL 438/XIII/2.ª e 439/XIII/2.ª (PSD) e 451/XIII/2.ª (PAN), e os P JR 717/XIII/2.ª e 718/XIII/2.ª (PSD) e 727/XIII/2.ª (CDS-PP), todos relativos aos direitos dos consumidores e que baixaram à Comissão para nova apreciação, pelo prazo de 45 dias, em 17 de março de 2017, ou que se criasse um novo grupo de trabalho para apreciação destas iniciativas, mas apenas depois do outro concluir os seus trabalhos e ser encerrado.

No âmbito desta discussão foi referido que manter o mesmo grupo de trabalho poderia implicar alteração nos seus membros, e foi lembrada também a existência de um outro conjunto de iniciativas, relativas à matéria da energia, que também tinham baixado à Comissão e era necessário decidir a melhor forma de as apreciar.

O Senhor Presidente lembrou ainda que estavam pendentes na Comissão, para apreciação na especialidade, desde fevereiro os P JL 319/XIII/2.ª (BE) – Altera o Código da Estrada; e 320/XIII/2.ª (BE) – Obrigatoriedade de as entidades públicas que dispõem de estacionamento assegurarem estacionamento gratuito para pessoas com deficiência. Informou que o prazo para apresentação de propostas de alteração terminava no dia 5 de maio, para se fazer a apreciação e votação na especialidade na semana a seguir.

A reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de abril de 2017.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 95/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva
António Eusébio
Bruno Dias
Emídio Guerreiro
Fátima Ramos
Fernando Jesus
Fernando Virgílio Macedo
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Hortense Martins
Hugo Costa
Hugo Pires
Joel Sá
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Moreira Testa
Paulino Ascensão
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Coimbra
Pedro Mota Soares
Ricardo Bexiga
Ascenso Simões
Paulo Neves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
Cristóvão Norte
Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira